

# A Bolívia na Encruzilhada: Dezembro de 2005

Kent Eaton, Ph.D.

**N**O DIA 18 de dezembro de 2005, Evo Morales recebeu 54 por cento dos votos nas eleições presidenciais da Bolívia, vencendo a apuração contra o seu rival mais próximo por 25 pontos percentuais. O resultado desta eleição tão esperada foi surpreendente, principalmente porque Morales tornou-se o primeiro presidente indígena da Bolívia. Embora o País tenha a maior população indígena da América do Sul, com aproximadamente 67 por cento dos bolivianos identificando-se como indígenas, as minorias brancas e mestiças por muito tempo dominaram sua vida política.<sup>1</sup>

A vitória de um candidato indígena em 2005 não se materializou de nada. Durante os anos 90, grupos indígenas na Bolívia mobilizaram-se para reivindicar papéis políticos que lhe eram tradicionalmente negados. Por exemplo, em 1993 o país teve o seu primeiro vice-presidente indígena, Victor Hugo Cárdenas; em 1994, outros líderes indígenas foram eleitos prefeitos depois que a Bolívia promulgou uma lei de descentralização generalizada. Esses ganhos foram certamente importantes, pois as vitórias municipais do partido de Morales prepararam o terreno para a sua vitória nacional em 2005. Mas devido à forte concentração do poder no executivo na Bolívia, a vitória de Morales marca uma conjuntura verdadeiramente histórica.

Morales também surpreendeu o mundo porque ganhou com muita habilidade. Nos meses e semanas que antecederam à eleição, virtualmente todas as pesquisas de opinião indicavam que Morales acabaria em primeiro lugar, mas apenas com uma vantagem de 3 a 7 pontos percentuais na frente do seu rival mais próximo. Uma pesquisa amplamente divulgada indicava que 36% dos votos iriam para Morales e que 30% iriam para o candidato de centro-direita e ex-presidente Jorge “Tuto” Quiroga.<sup>2</sup>

Tal resultado teria de ser encaminhado à decisão do Congresso, que é a instituição responsável pela seleção do presidente entre os dois primeiros colocados quando nenhum candidato ganha com maioria absoluta.

*Kent Eaton é professor associado na Escola de Pós-Graduação Naval em Monterey, Califórnia. Possui os títulos de Bacharel pela Universidade de Stanford e o de Mestrado e Doutorado pela Universidade de Yale. É autor de Politics beyond the Capital e Politicians and Economic Reform in New Democracies. Seus artigos apareceram em Comparative Politics, Comparative Political Studies, Latin American Politics and Society e Latin American Research Review.*

Em função da fragmentação do sistema político partidário, o Congresso da Bolívia elegeu todos os presidentes desde 1982. A convincente vitória de Morales tornou obsoleta a especulação pré-eleitoral sobre como o Congresso, uma das instituições mais desacreditadas da Bolívia, comportar-se-ia caso tivesse a oportunidade de escolher entre Morales e Quiroga. Iria o Congresso se recusar a escolher o candidato que terminou em primeiro lugar nas eleições para presidente, como o fez muitas vezes no passado? Se o fizesse, como responderiam as organizações e os movimentos sociais identificados com Morales? Da maneira como aconteceu, tantos bolivianos votaram em Morales que o Congresso foi removido do cenário e o novo presidente foi capaz de reivindicar um mandato mais forte do que qualquer um de seus antecessores.

Os resultados da eleição boliviana foram particularmente significativos para os Estados Unidos em razão da conhecida oposição de Morales às medidas políticas da erradicação de drogas e da liberalização econômica apoiadas pelos Estados Unidos. Alguns críticos norteamericanos argumentam que a eleição de Morales é razão suficiente para se suspender a ajuda à Bolívia, considerar sanções econômicas contra o país e apoiar nações vizinhas que possam sentir-se ameaçadas pelo regime de Morales.<sup>3</sup> Devido à expressa admiração de Morales pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, alguns observadores vêem a sua eleição como prova da crescente influência perniciosa de Chávez na região.<sup>4</sup> Outros vêem a eleição boliviana como parte de um processo de mudança da América Latina para a esquerda nos últimos anos, mas esta é uma visão monolítica imprecisa dos líderes esquerdistas na região, que deixa de apreciar as singulares características bolivianas da vitória de Morales.<sup>5</sup>

A presidência de Morales certamente apresentará vários desafios aos Estados Unidos. A colocação da eleição de dezembro no seu respectivo contexto histórico sugere que a ascendência de Morales representa, também, oportunidades e desafios, ambos os quais o governo dos Estados Unidos não deve esquecer enquanto promove a consolidação democrática e o amplo desenvolvimento econômico na Bolívia.

## O Porquê da Vitória de Morales

Para entender o forte desempenho de Morales nas eleições de dezembro de 2005, devemos examinar as transformações políticas e econômicas mais importantes da Bolívia nos últimos 20 anos.

Muitas dessas mudanças foram positivas, tais como o aprofundamento de uma cultura de negociação para se chegar a um meio-termo entre os partidos políticos, o que realçou a governabilidade, como também a manutenção bem-sucedida da estabilidade macroeconômica. No entanto, vários acontecimentos nesse período foram negativos como o alargamento da brecha entre os tradicionais partidos políticos e sua cada vez mais vigorosa sociedade civil, além do que, poucos bolivianos se beneficiaram muito com a adoção de políticas econômicas neoliberais. O recorde decididamente misto do período ajuda a explicar o apelo de Morales e lança dúvidas na visão de que ele ameaça a ordem política e econômica que é vantajosa para a Bolívia. Eu questiono aqueles que consideram Morales como um salvador e a vitória do seu partido como um remédio para todos os males da Bolívia, bem como aqueles que acreditam que a sua vitória represente o “fim da Bolívia” ou “os seus últimos dias.”<sup>6</sup>

Na frente política, a vitória do Movimento ao Socialismo de Morales (*Movimiento al Socialismo — MAS*) foi mais uma rejeição às instituições políticas falidas da Bolívia do que a evidência da influência de líderes estrangeiros no processo, seja venezuelano ou cubano. Depois da administração desastrosa do Presidente esquerdista Hernan Silas entre 1982 e 1985, três principais partidos políticos dominaram a política nos 20 anos que se seguiram: o Movimento Nacionalista Revolucionário (*Movimiento Nacionalista Revolucionário — MNR*), o Movimento da Esquerda Revolucionária (*Movimiento de la Izquierda Revolucionária*) e a Ação Democrática Nacionalista (*Acción Democrática Nacionalista — ADN*). Apesar dos seus nomes enganosos, esses partidos eram na realidade de direita ou de centro-direita e dominados por um punhado de líderes nacionais que entravam e saíam da presidência. Na ausência de um vencedor com maioria absoluta, o Congresso selecionava um presidente, que devia seu mandato a pactos interpartidários negociados

no Congresso. Entretanto, os defensores desses pactos sustentam que eles produziam relações mais tranquilas entre o executivo e o legislativo na Bolívia do que em outras democracias presidenciais da região. Os críticos salientaram que os pactos tendiam a reforçar o clientelismo, a corrupção e o personalismo.<sup>7</sup>

A política de apadrinhamento fez a Bolívia governável nos anos 90, mas a obsessão de partidos políticos com a divisão dos cargos prejudicou o desenvolvimento de anunciados programas de mudanças sociais. O desencanto da sociedade civil foi evidentemente marcado nas comunidades indígenas, onde as políticas estatais neoliberais e o colapso da economia de mineração deram origem a novas formas de organização e de protesto.<sup>8</sup> Em 1994, em um esforço para descentralização de ações do governo boliviano, o Congresso aprovou a Lei de Participação Popular, a qual permitiu às organizações indígenas novas oportunidades de participação na política municipal, assim também como uma certa independência dos partidos políticos estabelecidos.<sup>9</sup> Muitas dessas novas organizações tornaram-se instrumentos que Morales usou para transformar o *MAS* em um partido com alcance nacional, em vez de um partido meramente regional da área de plantação de coca em Cochabamba. Além das políticas impopulares de erradicação de coca propostas pelo Presidente Hugo Banzer (1997-2001), as quais o *MAS* agressivamente se opunha, a descentralização do governo boliviano merece ser considerada como um importante fator na vitória de Morales.

As eleições legislativas e presidenciais da Bolívia de 2002 mostraram com grande destaque a distância crescente entre os partidos políticos já estabelecidos no país e os grupos indígenas mobilizados, que eram mantidos afastados do processo decisório nacional. Os eleitores repudiaram a *ADN* de Banzer e deram ao *MAS* de Morales mais votos do que a qualquer outro partido, exceção feita ao *MNR*, que teve uma participação surpreendentemente forte para um novo partido.<sup>10</sup> No entanto, nos dias seguintes à eleição, o candidato do *MNR* e o Ex-presidente Gonzalo Sánchez de Losada (1993-1997) arquitetaram uma aliança com dois partidos minoritários no Congresso que assegurou seu retorno à presidência. Nos 15 meses que duraram

sua segunda administração presidencial, de julho de 2002 a outubro de 2003, Sánchez de Losada excluiu os legisladores do *MAS* do processo de formulação de políticas no Congresso e demonstrou pouco interesse em dialogar com a oposição democrática.<sup>11</sup>

Com o acesso ao poder bloqueado, o *MAS* organizou protestos, bloqueios e greves de fome que paralisaram o País e sua economia. Quando Sánchez de Losada chamou os militares para pôr um fim a esses protestos, quase 60 bolivianos foram mortos e a oposição ao seu governo se agravou. Ele foi, evidentemente, forçado a renunciar. O aumento do descrédito dos partidos tradicionais do país em Sánchez de Losada e sua relutância em conceder ao *MAS* acesso aos canais do processo decisório ajudam a explicar porque tantos eleitores deram o seu apoio a Morales em 2005. Muitas pessoas acreditavam que somente uma vitória esmagadora na eleição garantir-lhe-ia um acesso significativo às instituições políticas

***Nos meses e semanas que antecederam à eleição, virtualmente todas as pesquisas de opinião indicavam que Morales acabaria em primeiro lugar, mas apenas com uma vantagem de 3 a 7 pontos percentuais na frente do seu rival mais próximo.***

nacionais.

Na frente econômica, a vitória de Morales aproveitou-se da oposição crescente às políticas neoliberais radicais dos partidos políticos já firmados, os quais deixaram de atender eficientemente às exigências da classe média boliviana por uma implementação menos doutrinária da economia de mercado. Essa reação contra o mercado enfocou-se nas políticas sobre as fontes de gás natural e de petróleo do País. Em 1994, uma nova Lei de Hidrocarbonetos reduziu dramaticamente o papel das companhias de petróleo estatais relacionado às corporações transnacionais, além de reduzir substancialmente o imposto sobre os lucros em novos campos de

petróleo e gás. Em resposta a esses incentivos, durante o fim dos anos 90, as companhias de petróleo estrangeiras descobriram novos e extensos depósitos de gás na Bolívia, os quais começaram a ser explorados como os mais generosos do mundo — “para as companhias, é claro”<sup>12</sup>

Em 2002, Sánchez de Losada propôs a construção de um novo gasoduto através do Chile para aumentar as receitas de exportação do País. Além do crescente ressentimento por causa dos lucros consideráveis que as companhias estrangeiras estavam ganhando do gás boliviano, o papel do Chile nesse projeto alienou os bolivianos (a Bolívia perdeu o seu acesso à costa para o Chile na Guerra do Pacífico durante o século XIX). Quando Morales exigiu maiores benefícios para os bolivianos procedente de seu próprio gás, ocorreu a então chamada “Guerra do Gás” que veio a antecipar a saída de Sánchez de Losada. O Tribunal Constitucional da Bolívia decretou que a maioria dos contratos assinados sob a Lei de 1994 não tinham sido aprovados pelo Congresso e eram, conseqüentemente, inválidos. Em 2005, o Congresso aprovou uma nova Lei de Hidrocarbonetos, aumentando os impostos de gás e de petróleo dos campos novos. A nova lei enfureceu as companhias estrangeiras de petróleo, mas o *MAS* se opôs à nova lei por não dispor de instrumentos suficientes para assegurar os direitos do Estado com relação aos recursos naturais.

Morales foi assim capaz de posicionar-se como um defensor dos interesses nacionais contra as grandes companhias de gás, uma posição que contribuiu sensivelmente para sua vitória. Contudo, como a Bolívia precisa do capital externo para explorar seus recursos naturais e, também, com a queda de investimentos estrangeiros após a Guerra do Gás, a posição altamente combativa de Morales teve custos reais; criou dificuldades profundas para o futuro dessa importante indústria e para a obtenção de projetos de desenvolvimento e de financiamento de gás.<sup>13</sup> Mesmo assim, a legalidade dúbia e as excessivas generosidades dos termos dos contratos que os antecessores de Morales firmaram com as companhias de gás tornam fácil entender porque os bolivianos apoiaram a sua posição nacionalista. Essa posição é ainda mais compreensível considerando-se

a natureza não-renovável do gás e o espantoso fato de que o aumento dos recursos no passado invariavelmente não melhorou o padrão de vida dos povos indígenas da Bolívia.

## Onde Morales Ganhou

A eleição de Morales foi a culminação de uma rejeição profunda aos partidos políticos mais antigos na Bolívia, os quais tinham ampliado sua separação da sociedade civil nos anos 90, tendo se mostrado incapazes de oferecer alternativas viáveis de políticas econômicas. Muito embora esse repúdio às instituições políticas da Bolívia tenha sido um genuíno fenômeno nacional, o apoio a Morales não se manifestou no mesmo nível nas nove regiões subnacionais da Bolívia. Morales ganhou em cinco departamentos ocidentais e andinos, enquanto Quiroga ganhou em quatro na metade oriental do País.<sup>14</sup> Os partidos tradicionais da Bolívia tiveram um mau desempenho em todo o país, mas no leste, a maioria dos eleitores preferiu um novo partido de centro-direita, o Poder Democrático Social (*PODEMOS*), e não o *MAS* de Morales. A presença forte de Morales na contagem nacional de votos dissimula uma polarização regional preocupante e crescente, que é uma importante força na contínua crise política do país.

O conflito entre as regiões na Bolívia é tão antigo quanto à própria república. Nos século XIX, o País passou por uma série de ciclos de prosperidade e pobreza que geraram diferentes



Presidente Morales presenteia a Secretária de Estado Condo-leezza Rice com um instrumento musical de cordas incrustado com folhas de coca, 11 de março de 2006.

conseqüências para as regiões emergentes e em declínio.<sup>15</sup> A redução do preço da prata e o aumento do preço do estanho levaram os departamentos de Chuquisaca e La Paz da Bolívia a uma guerra civil. La Paz ganhou e passou a usar sua vitória para construir um estado altamente centralizado. Depois de 1900, o conflito entre as regiões ocupou um lugar secundário em relação aos conflitos nacionais articulados, tais como entre as classes sociais, entre civis e militares e entre os partidos políticos.

Nos anos 50 e 60, o governo central baseado em La Paz canalizou rendimentos provenientes da exploração mineral de departamentos andinos no oeste em projetos de desenvolvimento no leste, particularmente na região esparsamente povoada de Santa Cruz. Assistido pela Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (*United States Agency for International Development — USAID*), a “Marcha para o Leste” do governo central resultou em grandes investimentos na infra-estrutura de Santa Cruz, incluindo projetos rodoviários e ferroviários críticos que ajudaram a produzir uma prosperidade econômica sustentável nessa província no começo dos anos 70. A prosperidade econômica em Santa Cruz gerou um conflito profundo entre os que muitos consideram como duas “Bolívias”: a dos departamentos mais pobres, habitados por indígenas e economicamente menos produtivos do ocidente montanhoso e a dos mais ricos, dos brancos e economicamente mais produtivas terras baixas do oriente.

Os bolivianos do leste e do oeste discordam sobre muitas coisas, incluindo até mesmo como explicar o sucesso de Santa Cruz. Os residentes dos departamentos ocidentais lembram aos de Santa Cruz do papel que a riqueza mineral ocidental teve no seu crescimento e exigem que compartilhem os produtos de seus recém descobertos depósitos de gás natural com o oeste.<sup>16</sup> Por sua vez, os residentes de Santa Cruz sustentam que a ausência de um estado central e uma arrogante burocracia, e não favores de La Paz, permitiram à região se desenvolver mais rapidamente do que a média nacional.

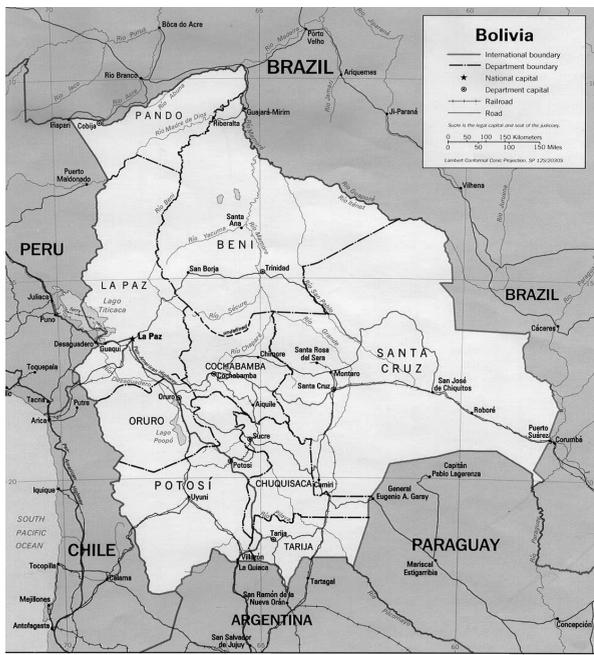
As tensões entre o leste e o oeste pioraram notavelmente durante a desastrosa segunda administração de Sánchez de Losada. Durante a Guerra do Gás, em outubro de 2003, grupos

indígenas do ocidente se mobilizaram contra o presidente. Com negócios favoráveis no mercado, líderes políticos no oriente reagiram convidando-o a mudar a capital nacional para Santa Cruz.<sup>17</sup> Como essa proposta falhou e a administração seguinte de Carlos Mesa começou a negociar diretamente com Morales, os líderes de Santa Cruz organizaram uma série de comícios, protestos e campanhas de coleta de assinaturas para exigir uma maior autonomia do governo central.<sup>18</sup> As exigências por autonomia regional pré-datam o surgimento nacional de Morales, mas cresceram marcadamente como reação à crescente turbulência política em La Paz.

Nos dois anos desde a saída de Sánchez de Losada até a eleição de Morales, a política boliviana tem se polarizado em volta de dois grupos de exigências eleitorais rivais. Os grupos no oeste exigem eleições para uma Assembléia Constituinte que os capacitaria a usar o seu recém adquirido poder político para modificar regras eleitorais, como por exemplo, criar assentos no Congresso reservados para bolivianos indígenas e, no âmbito da política econômica, nacionalizar a indústria de gás e de petróleo. Por outro lado, Santa Cruz se opõe a uma Assembléia Constituinte e, em vez disso, é a favor de um referendo nacional sobre autonomia nos departamentos. Em um meio termo que reconcilia as exigências dos eleitores ocidentais e orientais, a eleição de uma Assembléia Constituinte e o voto sobre a autonomia departamental estão previamente marcados para ocorrer no mesmo dia em julho de 2006. Para aqueles em Santa Cruz preocupados com as posições contrárias de Morales sobre o mercado financeiro e que exigem controle local sobre os recursos naturais, a seqüência das eleições é significativa. Morales ganhou uma eleição nacional sem ganhar em nenhum dos quatro departamentos orientais, um resultado que pode muito bem fortalecer o apoio daquela região para o referendo sobre autonomia, “se e quando o fizerem”.

## O que Morales Ganhou

Quando Morales ganhou a eleição de 2005 com uma vitória esmagadora, o Departamento de Estado dos Estados Unidos disse que o futuro relacionamento entre a Bolívia e os Estados Unidos dependeria das políticas exercidas pelo seu



governo.<sup>19</sup> Como Morales usaria o capital político gerado pela sua vitória? Ele chegou à presidência com um apoio popular maior do que qualquer de seus antecessores. Essa realidade política é inegável, mas ainda precisa ser verificado que efeito esse apoio popular esmagador terá no seu estilo de governo e nas suas escolhas políticas e, conseqüentemente, na natureza das relações entre os Estados Unidos e a Bolívia.

A forte presença do *MAS* pode melhorar as perspectivas de consolidação democrática, um objetivo há muito tempo declarado pelos Estados Unidos para a Bolívia e a região. No passado, a ausência de um vencedor por maioria absoluta na corrida presidencial significava que o presidente devia seu cargo a acordos políticos realizados no Congresso. Negociações de preços e abuso de verbas governamentais para melhoramentos locais com fins políticos puseram muita tensão no orçamento nacional, reduzindo a qualidade da administração, pois os cargos mais importantes eram, normalmente, escolhidos por razões políticas. Os bolivianos referem-se com desdém a essas práticas como, por exemplo, o sistema de quota política que tem contribuído para o desaparecimento virtual dos partidos tradicionais e para os altos níveis de insatisfação com a democracia.

A eleição de Morales representa uma oportunidade histórica de quebra dessa tradição,

particularmente porque sua autoridade como presidente não é derivada de negociações obscuras com partidos de oposição no Congresso. Além disso, pactos políticos entre diferentes partidos, excluídos ou incluídos em diferentes momentos ou oportunidades, tornaram difícil para os eleitores determinarem qual partido era o responsável pelo baixo desempenho político nacional. Os resultados da eleição de 2005 podem melhorar as perspectivas de atribuição e de admissão de responsabilidades na Bolívia, porque Morales e o *MAS* sabem que somente eles serão considerados responsáveis pela qualidade do governo nos próximos 5 anos. Será difícil para o *MAS* fazer o mesmo jogo de “pôr a culpa nos outros”, dificultando a atribuição de responsabilidades como ocorria no passado.

O “mero” ato de governar vai, provavelmente, produzir uma quantidade justa de moderação no programa de Morales. De fato, um dos mais claros padrões nos últimos 20 anos de democracia eleitoral na América Latina é que, freqüentemente, as posições extremistas dos líderes da oposição quase sempre se tornam substancialmente mais pragmáticas quando eles prestam juramento como presidente. Até mesmo durante a campanha, havia sinais de moderação na plataforma do *MAS*, refletidos nos ataques de Morales contra os traficantes de cocaína e na sua garantia de que não mexeria com as empresas estrangeiras de petróleo e de gás, apesar das conversas sobre nacionalização.<sup>20</sup> A imensa vitória de Morales na votação lhe concede uma autoridade significativa para frear os elementos mais radicais do seu partido.<sup>21</sup>

Por outro lado, com um esmagador apoio popular, o *MAS* não terá que se engajar em custosa política de apadrinhamento no Congresso, no entanto, sua forte presença pode criar incentivos para seu engajamento em uma política majoritária perigosa. O presidencialismo rotineiro produz um resultado onde o “vencedor ganha tudo”, mas quando um sistema partidário tradicionalmente fragmentado subitamente produz um vencedor com maioria absoluta, a situação pode vir a se tornar arriscada.<sup>22</sup> Morales está livre das negociações de apadrinhamento das administrações anteriores, mas ele também está à vontade para fazer uma substancial política de concessões que seria mais vantajosa

para a frágil democracia da Bolívia.

O tão citado paralelo com Salvador Allende no Chile, que obteve 36% dos votos e procurou transformar a economia do Chile durante os anos 70, é tecnicamente impreciso, considerando-se muito mais alto o nível do apoio eleitoral recebido por Morales.<sup>23</sup> Mesmo assim, muitas lições do caso chileno se aplicam à Bolívia em função de suas instituições políticas serem muito frágeis para servir como um sistema de verificações e balanços comparados a um presidente triunfante. Enquanto Allende liderou um partido que tinha uma organização estrutural bem desenvolvida, Morales tem um domínio mais extenso sobre um partido que é mais fluído. O receio verdadeiro não é que o MAS acabe sob o controle de Chávez ou de Castro, mas que venha a executar o mesmo sistema de camaradagem e de personalismo dos partidos políticos realizado no passado, podendo excluir a oposição democrática de centro-direita do processo de formulação de políticas no Congresso.

O comportamento majoritário de Morales provavelmente poderá gerar uma forte reação do poderoso departamento de Santa Cruz. De fato,

uma verdadeira verificação do novo presidente não vem apenas de qualquer instituição política, mas de toda a metade oriental do país. O movimento separatista de Santa Cruz crescerá se o governo central de Morales relutar em realizar o referendo nacional sobre a autonomia regional.<sup>24</sup> Irá o novo presidente cancelar essa consulta popular igualmente preocupante para os líderes de Santa Cruz ou adiá-la até a eleição de uma nova *Assembléia Constituinte* dominada pelo MAS? As Forças Armadas bolivianas avisaram Santa Cruz repetidamente de que agiriam para proteger a integridade territorial da Bolívia e suas fronteiras atuais. No entanto, a falha em se ter marcado o referendo sobre a autonomia dos departamentos provavelmente aumentará os números do movimento separatista.

A Bolívia continua a ser uma das políticas mais centralizadas do continente, podendo Morales conceder poderes adicionais aos governos regionais sem comprometer os objetivos que estabeleceu para o País. Muitos esperam que a inquestionável força eleitoral de Morales, tendo ganho 33% dos votos em Santa Cruz, o faça lembrar nos próximos anos, de que ele é o presidente de toda a Bolívia e de todos

## Referências

1. SELIGSON, Michell; Auditoría de la democracia: Bolivia 2002 (La Paz: Universidade Católica Boliviana 2002).
2. "Encuesta otorga 36% a Evo, 30% a Tuto, y 12% a UN," *La Razón*, 7 de dezembro de 2005.
3. Veja RADU, Michael; "The End of Bolivia?" *Foreign Policy Research Institute*, 21 de dezembro de 2005.
4. O'GRADY, Mary Anastásia; "All About Evo," *Wall Street Journal*, 23 de dezembro de 2005, disponível em <www.fpri.org/enotes/20051221.latin.radu.endofbolivia.html>, acesso em: 12 de março de 2006.
5. PADGETT, Tim; "To the Left, March!" *Time* (9 de janeiro de 2006). Para uma visão alternativa, veja SHIFTER, Michael; "Don't Buy Those Latin American Labels," *Los Angeles Times*, 24 de dezembro de 2005.
6. Além de RADU, veja FALCOFF, Mark; "The Last Days of Bolivia?" *American Enterprise Institute for Public Policy Research*, junho de 2004.
7. Para uma análise profunda de como esses pactos funcionavam, veja GAMARRA, Eduardo; "Hybrid Presidentialism and Democratization: The Case of Bolivia," em *Presidentialism and Democracy in Latin America*, editores MAINWARING, Scott e SHUGART, Matthew (Nova York: Cambridge University Press, 1997).
8. YASHAR, Deborah; *Contesting Citizenship* (Nova York: Cambridge University Press, 2005).
9. GRINDLE, Merille; *Audacious Reforms* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000).
10. Muitos observadores interpretaram a forte presença do MAS na eleição de 2002 aos comentários contra-MAS feitos pelo embaixador dos Estados Unidos nos dias que antecederam à eleição.
11. BAILABA, José; Deputado Nacional pelo MAS, entrevistado pelo autor, Santa Cruz, 28 de outubro de 2005.
12. "El debate de la ley de hidrocarburos" documento número 15, *Comisión Arquidiocesana de Pastoral Social-Cáritas*, Santa Cruz.
13. KLEIFFER, Raúl; *Presidente, Cámara dos Hidrocarbonetos da Bolívia*, entrevistado pelo autor, Santa Cruz, 26 de outubro de 2005.
14. Data oficial eleitoral, desagregada por departamento, disponível em: <www.cne.org.bo>, acesso em: 3 de março de 2006.
15. ROCA, José Luis; *Fisonomía del regionalismo boliviano* (Regional Division in Bolívia), segunda edição. (La Paz: Plural, 1999).
16. ZUAZO, Moira; *Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales*, entrevistada pelo autor, La Paz, 21 de outubro de 2005.
17. RADA, Alfredo; "Octubre y la tierra", *Artículo Primero*, 8: 16 (abril de 2004). p.157.
18. Graças aos seus esforços, a eleição de dezembro de 2005 envolveu não apenas a eleição de autoridades nacionais, mas também a primeira eleição direta de líderes departamentais ou de prefeitos.
19. "U.S. Congratulates Apparent Bolivian Election Victory," *Voice of America News*, 20 de dezembro de 2005.
20. RIEFF, David; "Che's Second Coming?" *New York Times Magazine*, 20 de novembro de 2005.
21. Para uma discussão mais geral sobre os partidos indígenas e o seu impacto potencialmente positivo na democracia na América Latina, veja MADRID, Raúl; "Indigenous Parties and Democracy in Latin America", *Latin American Politics and Society* 47: 4 (outono de 2005): pp.161-79.
22. LINZ, Juan, e VALENZUELA, Arturo; editores, *The Failure of Presidential Democracy* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994).
23. RADU.
24. URENDA, Juan Carlos; "De cómo el anhelo autonomista puede derivar en otra costa" *El Deber* (6 de outubro de 2005).